



**SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# **Clipping Local e Nacional On-line**

**Nesta edição 10 matérias**

**Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM**

**Manaus, sábado, 5 de fevereiro de 2011**

<b>FOLHA DE SÃO PAULO</b> BRASIL PERDE INDÚSTRIAS PARA OUTROS PAÍSES ..... 1 VEICULAÇÃO NACIONAL	1
<b>O GLOBO</b> ALTA DE IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO PODE ATINGIR 12 MIL PRODUTOS, DE TEXTÉIS A ELETRÔNICOS ..... 2 VEICULAÇÃO NACIONAL	2
<b>AGÊNCIA ESTADO</b> PIMENTEL AVISA QUE VAI APERTAR DEFESA COMERCIAL ..... 3 VEICULAÇÃO NACIONAL	3
<b>O ESTADO DO MARANHÃO</b> PAC 2 VAI INVESTIR R\$ 3,8 BILHÕES EM PROJETOS NO SETOR PORTUÁRIO ..... 4 VEICULAÇÃO NACIONAL	4
<b>DIÁRIO DO NORDESTE</b> Produtos terão selo 'contra' chineses ..... 5 VEICULAÇÃO NACIONAL	5
<b>AGÊNCIA BRASIL</b> PIMENTEL DIZ QUE AUMENTO DO IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO É DEFESA COMERCIAL ..... 6 VEICULAÇÃO NACIONAL	6
<b>PORTAL DA AMAZÔNIA</b> Novos procuradores da PGE são empossados no Amazonas ..... 7 VEICULAÇÃO NACIONAL	7
<b>R7</b> Governo pode aumentar imposto de importados ..... 8 VEICULAÇÃO NACIONAL	8
<b>AGÊNCIA AMAZÔNIA DE NOTÍCIAS</b> Palmeira produz óleo substituto do petróleo..... 9 VEICULAÇÃO NACIONAL	9
<b>CIDADE VERDE / NOTÍCIAS</b> Governo Federal estuda aumentar impostos sobre produtos importados ..... 11 VEICULAÇÃO NACIONAL	11

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA
	TÍTULO <b>BRASIL PERDE INDÚSTRIAS PARA OUTROS PAÍSES</b>	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

**Associações de fabricantes dizem que alto custo de produção provoca migração para Ásia, Mercosul e Caribe. Dificuldade de exportar e encargos incentivam transferência da produção; Fiesp vê desindustrialização VERENA FORNETTI**

## DE SÃO PAULO

Com a dificuldade de exportar, o Brasil perde indústrias e projetos para países vizinhos e para a Ásia, segundo associações que representam fabricantes no país.

Segundo a Abal (Associação Brasileira do Alumínio), não há nenhum novo projeto de fábrica de alumínio no país. O presidente da entidade, Adjarma Azevedo, diz que o preço da energia elétrica -que representa grande parte dos custos do setor- torna proibitiva a criação e a ampliação de unidades aqui.

"Nós vamos perder investimento que poderia ser feito no Brasil. E os custos estão ficando impossíveis. A Valesul simplesmente desistiu, a Novelis fechou em Aratu (BA) e a pergunta no mercado é quem vai ser a próxima."

A Votorantim tinha projeto na área em Trinidad e Tobago. O investimento foi paralisado, porém, após a mudança de governo no país.

A fronteira do Brasil também ganhou atratividade. A anglo-australiana Rio Tinto já assinou carta de intenção para uma unidade de alumínio no Paraguai, onde a energia de Itaipu é mais barata.

A Abicalçados, que representa a indústria calçadista, destaca que há um ano começa a haver projetos industriais brasileiros no Caribe.

Segundo Heitor Klein, consultor da entidade, ao menos duas grandes empresas já produzem na região, motivadas pela redução de custos e por acordos que esses países têm com os EUA.

"Nós não defenderíamos que as empresas se instalassem em outros países. Mas, diante das condições do mercado brasileiro, nós entendemos que é uma alternativa de negócio que as empresas não podem ignorar", afirma.

A indústria calçadista, já há alguns anos, também investe na produção na Argentina. Grandes empresas como a Paquetá, a Coopershoes e a Vulcabrás fabricam no país. Segundo a associação do setor, porém, as empresas calçadistas no vizinho visam o mercado interno argentino, já que as barreiras impostas pela Argentina dificultam a exportação para o país.

De acordo com a Federação Democrática dos Sapateiros no Rio Grande do Sul, o Estado tem perdido empregos não só pelo recuo do setor, afetado pela crise global, pelo câmbio e pela concorrência dos asiáticos, mas também pela migração.

"A gente vê que até os encarregados que trabalhavam aqui vão para lá", diz o sindicalista Leandro dos Santos.

Na produção de óleo de soja, também há transferência da produção local, embora esse processo tenha se iniciado há mais tempo, com os benefícios tributários a exportadores de itens primários.

Na indústria têxtil, há aposta em unidades nos países sul-americanos -a Vicunha acaba de anunciar a fabricação de índigo na Argentina-, mas a Ásia é ainda mais atraente para o setor.

## DESINDUSTRIALIZAÇÃO

A Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) diz que a dificuldade em ser competitivo produzindo localmente amplia o risco de desindustrialização.

A entidade destaca que a integração das cadeias produtivas no Mercosul foi bem-sucedida só em alguns setores, como o automotivo. Em outros, como commodities, a produção é mais concorrente que complementar.

Roberto Giannetti da Fonseca, da Fiesp, ressalva que a terceirização para o Mercosul é incipiente, mas que a China ganhou espaço. "Há muita transferência de indústrias para a Ásia, que fecham aqui e abrem ou terceirizam para lá, produzindo igual produto, com o mesmo design."

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>ALTA DE IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO PODE ATINGIR 12 MIL PRODUTOS, DE TEXTÉIS A ELETRÔNICOS</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

**Setores são afetados por asiáticos. Para ministro, ação seria de defesa comercial**

**Wagner Gomes**

. SÃO PAULO. O governo pretende elevar as alíquotas de importação de alguns produtos industriais. O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, negou que seja uma medida protecionista. Segundo ele, seria uma defesa comercial, dentro das regras da Organização Mundial do Comércio, que prevê taxa de importação de 35% para entrada de produtos importados no Brasil. Devem ser atingidos 12 mil produtos dos setores têxtil, vestuário, couro, calçados e eletroeletrônicos afetados por importações asiáticas.

. Não é protecionismo, é uma prática de defesa comercial. Todos os países do mundo fazem isso. O Brasil vai defender o setor produtivo de práticas danosas e lesivas. Não vamos hostilizar ninguém, não vamos criar um contencioso com ninguém, vamos fazer aquilo que todo país civilizado faz . disse Pimentel, após encontro com empresários na Confederação Nacional da Indústria (CNI) em São Paulo.

**Estamos examinando com lupa a balança comercial**

O ministro afirmou que o Brasil já fazia isso no governo anterior, mas não com essa ênfase. E disse que não vai elevar taxas indiscriminadamente para uma cadeia específica. A

ideia e olhar item por item dos produtos que estão com preços demasiadamente baixos e fora da regra internacional de competição: . Estamos examinando com lupa a balança comercial brasileira no que diz respeito as importações. É um processo que está começando agora. Não vamos fazer de hoje para amanhã. O ministro disse que a medida não significa um fechamento da economia. E explicou que o acompanhamento de preços será feito pelo Ministério do Desenvolvimento, mas a palavra final sobre o que terá alíquota elevada será da Câmara de Comércio Exterior (Camex). Pimentel disse que o país não deve ter a ilusão de uma mudança no câmbio. Segundo ele, o Banco Central e o Ministério da Fazenda estão tomando medidas para que se mantenha um patamar razoável, mas o real deve se manter valorizado.

- Por isso, o Brasil precisa investir em novas tecnologias. Não devemos ter a ilusão de que vamos ganhar a competição com os produtos asiáticos importados, impondo a nossa força de trabalho as condições asiáticas de trabalho, salário e remuneração. Isso não vai existir. O ministro de Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, lembrou que, há dois anos, o Brasil tinha um superávit comercial importante na indústria. Mas, com a crise, países com preços arrasadores, como a China, passaram a desovar seus estoques de qualquer forma.

	VEÍCULO AGÊNCIA ESTADO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>PIMENTEL AVISA QUE VAI APERTAR DEFESA COMERCIAL</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### Paula Pacheco - O Estado de S.Paulo

O ministro de **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)**, Fernando **PIMENTEL**, manteve em encontro ontem com empresários na sede paulista da Confederação Nacional da Indústria (CNI), a promessa de revisar para cima o imposto de **importação** de vários itens. "Teremos de praticar a defesa comercial para evitar práticas danosas. Já se fazia isso antes, mas não com essa ênfase", afirma.

"Algumas cadeias produtivas estão muito ameaçadas, como a de eletroeletrônicos, e têxtil. Essas **importações** têm causado desequilíbrio nas contas brasileiras", cita **PIMENTEL**.

O plano é selecionar os produtos em que há maior desequilíbrio e subir o imposto com margens variáveis.

Como membro da Organização Mundial do **Comércio** (OMC), o **Brasil** não pode aplicar tarifas superiores a 35%. "Não vamos elevar as alíquotas indiscriminadamente".

De acordo com **PIMENTEL**, a invasão de **importados** a preços bem abaixo dos praticados pela indústria nacional é reflexo da recessão global. "Alguns países estão empurrando

produtos do jeito que dá, especial a China. E o **Brasil** atrai particularmente esse cenário", analisa.

**PIMENTEL** não trabalha com um cenário diferente do atual para a moeda brasileira, sobrevalorizada. Diz: "O problema é do ambiente macroeconômico. Parte da valorização do câmbio é definida pelo êxito econômico do Brasil. Não vamos ter a ilusão de que o nosso câmbio vai se desvalorizar de uma hora para outra".

Inovação. **PIMENTEL**, Aloizio Mercadante, ministro de Ciência e Tecnologia, e Luciano Coutinho, presidente do Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social participaram ontem, ao lado de cerca de 70 empresários, do encontro da Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI), promovido pela CNI.

Segundo Mercadante, a balança comercial brasileira, dependente das commodities, explicita a necessidade de o **Brasil** investir mais em produtos com inovação agregada. "Em discurso recente do presidente Obama, a palavra inovação foi citada nove vezes como uma saída para a economia americana", exemplifica.

	VEÍCULO O ESTADO DO MARANHÃO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>PAC 2 VAI INVESTIR R\$ 3,8 BILHÕES EM PROJETOS NO SETOR PORTUÁRIO</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**PAC 2 vai investir R\$ 3,8 bilhões em projetos no setor portuário**

**RIO - O ministro da Secretaria dos Portos da Presidência da República (SEP-PR), Leônidas Cristino, disse que o Governo Federal vai investir R\$ 3,8 bilhões em obras de melhoria da infra-estrutura portuária do país nos próximos anos. As declarações foram dadas esta semana no Palácio Laranjeiras, residência oficial do governo do Estado do Rio de Janeiro, durante visita ao governador Sergio Cabral.**

Segundo o ministro, os recursos fazem parte dos investimentos que o Governo Federal destinará às obras do Plano de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2). "Nestes últimos anos, o governo já vem avançando muito na melhoria dos acessos aquaviários do país. São obras de dragagem para aprofundamento e alargamento dos canais de acesso, de recuperação dos berços dos cais existentes pelo país inteiro", declarou Cristino.

Na oportunidade, o ministro falou das obras nos portos do Rio de Janeiro. "Tem o PAC da Copa, em que o Governo Federal vai aplicar somente no Rio cerca de R\$ 300 milhões, em um primeiro momento. O processo licitatório já está na praça e, ainda este ano, no mais tardar no começo do próximo ano, nós deveremos dar início às obras licitadas para melhorar a infra-estrutura para a Copa do Mundo de 2014, disse Cristino.

Paralelamente às obras do Porto do Rio, o ministro disse que o Governo Federal vai trabalhar também na melhoria da infra-estrutura de outros portos. "Vamos continuar a investir no Porto de Santos (SP) e onde os projetos já estão em execução, como no Pará e em Pernambuco. Enfim, nós vamos trabalhar cada vez mais para viabilizar todos os portos brasileiros e, em particular, os dois principais que são o de Santos (SP) e o do Rio de Janeiro", declarou Leônidas Cristino.

Licenciamento - Em paralelo à obras estruturais, o ministro dos Portos anunciou também que serão investidos R\$

7,4 milhões para os portos do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Rio Grande do Norte se adaptarem à legislação ambiental. Outros portos, como o de Santos e os da Bahia, já estão com obras de adaptação em andamento, enquanto Paranaguá (PR) já toca as melhorias com recursos próprios.

Segundo a SEP, a maior parte dos 34 portos públicos do país não tem licença ambiental para operar, pois foram instalados muito antes da lei sobre o assunto, criada na década de 90. Essa situação tem gerado alguns problemas, como a interdição dos portos de Santos e de Paranaguá em 2010, por não atenderem aos requisitos da legislação. Para resolver o problema, o Governo preparou um decreto que deve definir um receituário, propondo uma inversão de ordem para não interromper o comércio exterior. Primeiro, todos os portos receberão as licenças ambientais e somente depois terão de cumprir uma série de condicionantes.

#### **Caso não cumpram, terão a licença cassada.**

Está prevista também a criação do Programa Federal de Apoio à Regularização e Gestão Ambiental para apoiar o licenciamento dos portos. Os portos e terminais já em operação, que não contam com licença, terão 120 dias para firmar compromisso com o órgão do meio ambiente e apresentar, em até 720 dias, um relatório de controle ambiental que balizará a regularização, e a conseqüente emissão da licença. Hoje, poucos estão em dia, como Rio Grande (RS) e Suape (PE).

#### **Números**

3,8 Bilhões de reais do PAC é o que a SEP espera investir em portos 7,4 Milhões de reais em projetos de emergência de licenciamento ambiental no setor portuário.

	VEÍCULO DIÁRIO DO NORDESTE	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Produtos terão selo 'contra' chineses</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Brasília Por ordem do governo, o Inmetro vai entrar na força-tarefa de combate à invasão de produtos importados da China no Brasil. O instituto vai incluir cerca de 120 novos produtos na lista daqueles que têm que levar o selo de qualidade.**

O objetivo é impedir a importação de itens de má qualidade -em geral identificados como vindos do país asiático.

A primeira lista de novas certificações será para o setor de eletroeletrônicos e outros utensílios elétricos residenciais. Segundo o presidente do Inmetro, João Jornada, 90 produtos desse setor estarão em breve sujeitos à fiscalização de qualidade. As empresas terão seis meses para se adaptar.

Jornada disse que recebeu orientação do Ministério do Desenvolvimento, ao qual o Inmetro é subordinado, para aumentar o número de certificações. Com isso, espera que tenha um efeito de ajudar na competitividade da indústria nacional.

"É uma medida de apoio à competitividade para promover a concorrência justa contra o produto que vem maquiado, de qualidade inferior", afirmou João Jornada.

Depois dos eletroeletrônicos, serão incluídos na lista de obrigatoriedade do selo de qualidade os itens de autopeças, além de berços e colchões.

As regras de certificação de qualidade são as mesmas para a indústria nacional e para os produtos importados.

O presidente do Inmetro disse que, no caso dos importados, a empresa fabricante no exterior necessita fazer o pedido de certificação. A instituição aceita selos de qualidade emitidos por entidades reconhecidas pelo instituto no exterior. João Jornada não soube informar quantas empresas estrangeiras levam o certificado.

	VEÍCULO AGÊNCIA BRASIL	EDITORIA	
	TÍTULO <b>PIMENTEL DIZ QUE AUMENTO DO IMPOSTO DE <u>IMPORTAÇÃO</u> É DEFESA COMERCIAL</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

**Stênio Ribeiro**

**Repórter da Agência Brasil**

Brasília - O **Ministério** do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior** analisa "com lupas" a possibilidade de elevar o Imposto de **Importação** (II) de produtos cujos similares nacionais sofrem forte concorrência de produtos **importados**, por causa da valorização do real em relação ao **dólar**.

A afirmação foi feita hoje (4) pelo ministro Fernando **Pimentel**, ao participar da reunião de Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI), em São Paulo. Ele ressaltou que medidas dessa natureza são adotadas pela maioria dos países, sem conotação protecionista, e que elas são, sim, segundo ele, uma questão de defesa comercial.

Ele disse que o **Ministério** não tem intenção de fechar a economia, nem a elevação de alíquota será adotada de forma indiscriminada. "Não queremos hostilizar ninguém e nem abrir guerras comerciais. Estamos examinando com lupa as **importações**, que compreendem 12 mil itens. Aumentaremos o imposto só onde

comprovadamente houver concorrência danosa, respeitando as regras da Organização Mundial do **Comércio** OMC".

**Pimentel** disse que os setores mais prejudicados pelo aumento das **importações**, sobretudo de produtos originados de países asiáticos, são as indústrias de calçados, têxteis e de máquinas e equipamentos. Ele destacou, porém, que qualquer elevação do Imposto de **Importação** não será imediata, pois não existe definição ainda sobre os setores em que será aplicada.

Edição: Lana Cristina

	VEÍCULO PORTAL DA <b>AMAZÔNIA</b>	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Novos procuradores da PGE são empossados no Amazonas</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### Portal **Amazônia**, com informações da Agecom

**MANAUS** - O governador do **Amazonas**, Omar Aziz, empossou nesta sexta-feira (4) os 15 novos procuradores de Justiça do Estado aprovados em concurso. A Procuradoria Geral do Estado (PGE), que atua na defesa das ações de interesse do Estado na Justiça, passa a contar agora com 80 novos membros. A cerimônia aconteceu no auditório da PGE e contou com a presença de representantes dos três poderes.

Entre os pontos destacados durante o discurso de Omar Aziz esteve o trabalho em defesa do Polo Industrial de **Manaus**. “A **Zona Franca** de **Manaus**, dia sim, outro dia também, é alvo de alguma cutucada de estados mais poderosos. Agora mesmo, estamos numa velha briga com São Paulo. No bojo de uma medida provisória, que tratava apenas de banda larga colocaram, também, a **produção** de placas. Isso nos tira, rapidamente, se não tomarmos providência, cerca de 15 mil a 20 mil empregos”, disse.

Outro assunto que preocupa é a cobrança da Dívida Ativa do Estado, que chega a R\$ 1,5 bilhão. Omar disse que pretende reunir na próxima semana com o presidente do

Tribunal de Justiça do **Amazonas** (TJAM), João Simões, e com o procurador geral de Justiça, Frânio Lima, para discutir o assunto. Sobre a contratação de escritórios para tramitar o recebimento de dívidas - trabalho que poderia ser resolvido no âmbito da PGE - o governador afirmou "acreditar em bons procuradores para que a gente não precise estar dependendo de terceiros".

A Procuradoria Geral do Estado (PGE) é o órgão responsável pela representação judicial e consultoria jurídica do Estado do **Amazonas**. Suas principais atribuições estão previstas na Constituição Federal e na Constituição do Estado do **Amazonas**, destacando-se as de funcionar como órgão central do sistema jurídico estadual, de supervisionar os serviços jurídicos da administração direta e indireta no concernente às Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, de officiar no controle interno da legalidade dos atos da Administração Pública e de exercer a defesa dos interesses legítimos do Estado.

	VEÍCULO R7	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Governo pode aumentar imposto de <u>importados</u></b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Produtos têxteis, vestuário, couro e calçados da China podem ter sobretaxa**

O ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**, Fernando **PIMentel**, confirmou nesta sexta-feira (4) que o governo estuda a possibilidade de elevar os impostos de **importação** de alguns produtos industriais.

As declarações foram concedidas em reuniões com de empresários no escritório da Confederação Nacional da Indústria, em São Paulo.

O ministro citou, entre eles, produtos têxteis, de vestuário, couro, calçados e eletroeletrônicos, alguns dos quais são afetados pelas **importações** vindas da Ásia. Ele negou um fechamento da economia, em alusão à possibilidade do **Brasil** não comprar mais nenhum produto chinês.

- Não vamos elevar indiscriminadamente para uma cadeia ou para um setor inteiro. Estamos analisando todos os casos com lupa.

Caso seja aprovado, a redução envolveria 12 mil produtos. O ministro reiterou que se trata de uma prática de defesa comercial.

- A partir de agora, teremos uma prática de defesa comercial, algo que todos os países praticam. Antes, nós já fazíamos, mas não com essa ênfase com que vamos fazer a partir de agora.

De acordo com **PIMentel**, a ideia é montar um sistema de acompanhamento dos preços de produtos **importados** para compará-los aos praticados por similares brasileiros.

A equipe funcionará dentro do **Ministério do Desenvolvimento**, mas a palavra final sobre quais produtos terão impostos elevados será da Câmara de **Comércio Exterior**, da qual fazem parte também os ministros da área econômica.

	VEÍCULO AGÊNCIA <b>AMAZÔNIA</b> DE NOTÍCIAS	EDITORIA
	TÍTULO <b>Palmeira produz óleo substituto do petróleo</b>	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

**Pesquisadores afirmam que óleo de babaçu, planta da região, tem potencial para substituir os combustíveis de petróleo**

**ALESSANDRA LEITE**

**MANAUS**, AM – Com incontáveis benefícios, o babaçu, fruto de uma palmeira de crescimento espontâneo abundante na **Amazônia**, produz um óleo que pode ter potencial energético para substituir o uso do petróleo e do diesel em uma cidade inteira. Só no município de Barreirinha (a 331 quilômetros de **Manaus**), são 3 milhões de árvores da espécie, com **produção** de 200 quilos de frutos por planta.

Este número, segundo o agrônomo e pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da **Amazônia** (Inpa), Luiz Antônio de Oliveira, aponta para a alternativa do uso da biodiversidade. Com o intuito de descobrir tais potenciais, além da utilização dos resíduos de madeira para **produção** de álcool, Oliveira submeteu, com sucesso, o projeto “Aproveitamento de resíduos de madeiras e avaliação do potencial de espécies florestais para a **produção** de biocombustíveis”, ao Programa de Apoio ao **Desenvolvimento** de Tecnologias para a **produção** de Biocombustíveis no Estado do **Amazonas** (Bicom).

O Programa, viabilizado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do **Amazonas** (Fapeam) em parceria com o Conselho Nacional de **Desenvolvimento** Científico e Tecnológico (CNPq), destinou mais de R\$ 260 mil em recursos para o grupo de pesquisadores, contemplados no edital 009/2009.

Rico da raiz às folhas, o babaçu serve de matéria-prima também para a fabricação de cestos, esteiras, janelas, gaiolas, entre outros. “O que mais tem na **Amazônia** é resíduo vegetal e de madeira. Estamos estudando as espécies que podem servir de matéria-prima para a **produção** de biocombustível. Usando esses micro-organismos, aproveitamos os resíduos que muitas vezes ficam como contaminantes ambientais”, destacou o pesquisador.

Em parceria com a especialista em palmeiras e coordenadora do Laboratório de Pesquisa em Botânica do Inpa, Ires Paula de Andrade Miranda, Oliveira quer oferecer

ao final do projeto produtos que possam, a partir do biocombustível, gerar desde energia até o álcool volátil para a utilização no setor de cosméticos.

#### **Testes para cosméticos**

Caso sejam identificados o tipo e a concentração do álcool, a palmeira poderá servir para utilização em cosméticos sendo um resultado secundário do projeto que trará autossuficiência para o **Amazonas**, que hoje, segundo o pesquisador, **importa** a matéria-prima. “Não é difícil para nossa pesquisa. Podemos descobrir o tipo de álcool e trazer condições para que o produto seja fabricado aqui, evitando a **importação** e reduzindo os custos para praticar um preço competitivo”, avaliou.

Para a pesquisadora Ires Miranda, o Programa Bicom é uma excelente oportunidade de criar situações para explorar o aproveitamento das palmeiras e gerar renda para moradores de municípios onde as espécies se desenvolvem em grande quantidade. “ Fizemos um levantamento da ocorrência de palmeiras em áreas degradadas. É uma forma de evitar novos desmatamentos, já que os homens do campo podem trabalhar com essa diversidade sem precisar desflorestar novamente. A ideia é essa”, projetou.

#### **Biocombustível nas comunidades**

Com aproximadamente dez anos de experiência, trabalhando com observação da ocorrência dessas espécies em regiões de alto desmatamento, como o sul do Pará, além de estudos em Roraima, foi identificada a facilidade das palmeiras em se desenvolver nas áreas alteradas.

“Descobrimos, também, que estudiosos de grandes programas para a **produção** do biodiesel escolheram espécies já melhoradas e utilizadas na Europa, com boa aceitação no sudeste brasileiro e no Mato Grosso, como a soja e outras espécies introduzidas, além da cana para a **produção** de álcool” ressaltou.

Ires enfatiza a importância das palmeiras como potencial para **produção** de biocombustível em muitas comunidades, citando exemplos de trabalhos iniciais em Manacapuru (a 68 quilômetros de **Manaus**). “Contamos todas as palmeiras e percebemos maior participação do açaí, então

fizemos um plano piloto e o doutor Luiz Antônio me convidou para fazer um inventário nos interiores. Já trabalhamos em vários municípios”, disse.

O foco da pesquisa é movimentar esse **mercado** e efetivar a inclusão social nas localidades. Caso a equipe consiga comprovar cientificamente o potencial do babaçu para **produção** de óleo diesel, de acordo com o doutor Luiz

Antônio de Oliveira, existe a possibilidade de abastecer com essa energia se não uma cidade, mas uma vila inteira. “Se houver boa densidade de planta por hectare penso que dá para substituir totalmente o diesel, além de gerar emprego, porque terá o catador de babaçu, o intermediário para levar à termoelétrica”, projetou.

	VEÍCULO CIDADE VERDE / NOTÍCIAS	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Governo Federal estuda aumentar impostos sobre produtos <u>importados</u></b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**O governo quer aumentar essas taxas para proteger o país do aumento das importações.**

O ministro do **Desenvolvimento**, Fernando **PIM**entel, afirmou nesta sexta-feira que o governo está analisando todos os 12 mil itens da balança comercial brasileira para definir sobre quais produtos deve elevar a alíquota de importação. A data para divulgação dessas medidas ainda não foi definida, já que o processo de análise é demorado, segundo o ministro.

O governo quer aumentar essas taxas para proteger o país do aumento das importações, que têm afetado vários setores, a exemplo dos segmentos de calçados, de eletroeletrônicos e de produtos têxteis.

De acordo com **PIM**entel, a elevação da alíquotas do Imposto de importação não será feita num setor inteiro, e sim pelos itens mais afetados.

"Não vamos fazer tratamento por atacado. Vamos olhar item por item e, naqueles em que claramente está havendo prática de preços fora da média da competição internacional, nós vamos aplicar as taxas de importação permitidas pela OMC [Organização Mundial do **Comércio**]", declarou.

A atual legislação da OMC diz que os países podem ter uma taxa de importação de até 35% para itens de sua pauta de **comércio** exterior.

O ministro defendeu que a prática não significa que o país vai aderir ao "protecionismo". "Nós teremos uma prática de defesa comercial, como todos os países civilizados fazem, que é defender a indústria de seu país", afirmou, após reunião em São Paulo com empresários para discutir inovação.

O **Ministério** do **Desenvolvimento** está à frente do plano "de defesa comercial", mas segundo o ministro, a palavra final sobre a alta das alíquotas será da Camex (Câmara de **Comércio** Exterior).

Em janeiro, **PIM**entel já havia anunciado que o governo prepara medidas de desoneração do setor produtivo para aumentar a competitividade da indústria do país, incluindo redução de tributos sobre a folha de pagamento.

#### **Balança comercial**

O saldo da balança comercial em 2010 foi o mais baixo desde 2002: o superavit caiu 19,8% ante 2009, para US\$ 20,3 bilhões. O **Ministério** não divulga projeções para este ano, e o Banco Central espera superavit de US\$ 11 bilhões.

As exportações brasileiras no ano passado foram as maiores da história, mas o resultado foi compensado pela alta nas importações, que somaram US\$ 181,6 bilhões, 42,2% a mais que em 2009.

O aumento nas importações foi causado, principalmente, por bens duráveis. No ano passado, porém, um dos fatores que sustentou o crescimento das exportações foram as commodities, cujos preços no **mercado** internacional registraram forte alta. Os três principais produtos exportados pelo país foram minério de ferro, petróleo bruto e soja em grão.

Fonte: Folha